

DIVERSIDADES E MOBILIDADES DA AGRICULTURA BRASILEIRA¹

*Hervé Théry*²
*Neli Aparecida de Mello*³

RESUMO

O Brasil, grande país agrícola, é um dos primeiros produtores mundiais de uma vasta gama de produtos. Seu dinamismo remodela constantemente o espaço nacional, alterando a “vocação” das regiões agrícolas numa velocidade surpreendente. A potência e a flexibilidade desse setor agropecuário não devem, porém, mascarar as tens es e as desigualdades profundas que transformam e dividem o mundo rural.

Termos para indexa o: agricultura familiar, produ o agrícola, sistemas agr rios.

DIVERSITÉS ET MOBILITÉS DEL'AGRICULTURE BRÉSILIENNE

RÉSUMÉ

Le Brésil est un grand pays agricole, l'un des tout premiers producteurs mondiaux pour une vaste gamme de produits. Son dynamisme remodèle constamment le territoire national, changeant la “vocation” des régions agricoles à une vitesse étonnante. Mais la puissance et la souplesse de ce secteur agropastoral ne doivent pourtant pas masquer les tensions et les inégalités profondes qui travaillent et divisent le monde rural.

Termes d'indexation: agriculture familiale, production agricole, systèmes agraires.

¹ Originalmente publicado sob o título *Diversités et mobilit s de l'agriculture brésilienne*, no periódico *Cahiers d' tudes et de recherches francophones/Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 11-18, janvier-février 2005, Introduction.

² Geógrafo, diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), France, pesquisador associado ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), SAS, Quadra 5, Bloco H, 70070-914 Brasília, DF. hthery@aol.com

³ Geógrafa, Doutora em Geografia, pesquisadora associada do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), SAS, Quadra 5, Bloco H, 70070-914 Brasília, DF. namello@aol.com

H. Théry e N. A. de Mello

DIVERSITIES AND MOBILITIES OF BRAZILIAN AGRICULTURE

ABSTRACT

A major agricultural country, Brazil is one of the first producers in the world for a vast array of goods. The dynamism of its agriculture is constantly reorganizing the national territory, changing the “vocation” of agricultural areas at an astonishing speed. But the power and the flexibility of this sector should not, however, mask the major tensions and the deep inequalities it also contains. These conflicts partly explain the important changes which are at work today, and will most probably change the situation in the years to come. Rigid, often unjust (because it too often juxtaposes men without land and under-utilized land), the Brazilian rural world is also dynamic, because it conquers more new lands than any other country in the world, and constantly innovates by developing new productions. Even relegated to the status of reserve and auxiliary force in the national economy, it remains an excellent field of study, revealing the forces that are steadily transforming Brazilian society, as well as some of the weaknesses of the “Brazilian development model”.

Index terms: agricultural production, family farming, farming systems.

INTRODUÇÃO

O mundo rural brasileiro já não tem a mesma importância de outrora. O crescimento espetacular da indústria e dos serviços fez cair para o segundo plano o que há pouco era a base econômica do País e constituía o quadro de vida da grande maioria de seus habitantes. Porém, negligenciá-lo seria um grave erro para quem quer conhecer e compreender o Brasil de hoje, pois é do mundo rural que saiu o crescimento atual: os capitais que edificaram a indústria de São Paulo vieram do café, os trabalhadores das fábricas chegaram diretamente das plantações ou dos campos nordestinos, o poder político e as alavancas do Estado federal foram compartilhados, durante muito tempo, pelos “barões” do açúcar, do café ou da pecuária.

Além disso, o passado não é a única razão para interessar-se pelo mundo rural. O Brasil ainda é um grande país agrícola, um dos primeiros produtores e exportadores mundiais de uma vasta gama de produtos (café, açúcar, soja, suco de laranja e carne bovina, conforme registra a Tabela 1). Embora

Tabela 1. O espaço agrícola brasileiro.

Características do espaço rural	1940	1960	1980	1985	Variação	Variação
					1980-1985 (%)	1996 1985-1996 (%)
Área apropriada (milhões de ha)	197	249	369	376	2	353
% do território	23	29	43	44	2	41
Área cultivada (milhões de ha)	18	28	49	52	6	42
% do território	2,4	3,3	5,7	6,2	9	5
Número de estabelecimentos (1.000)	1.904	3.337	5.167	5.834	13	4.848
Área média	104	75	72	64,5	-10	73

Fonte: IBGE, 2004.

seu lugar na economia se tenha reduzido, não é desprezível porque, sem o crescimento do PIB agrícola, o do PIB nacional seria quase nulo. Seu dinamismo remodela constantemente o território nacional, pela incorporação, todos os anos, de milhares de quilômetros quadrados, alterando a “vocação” das regiões agrícolas a uma velocidade surpreendente. A potência e a flexibilidade do setor agropecuário não devem, porém, mascarar as tensões e as desigualdades acentuadas que o dividem: elas explicam em parte as mudanças profundas que estão ocorrendo e que, provavelmente, alterarão sua fisionomia nos próximos anos.

AGRICULTURA E TERRITÓRIO

A Fig. 1, que apresenta os tipos de uso da terra no País, mostra uma organização bem caracterizada do espaço rural brasileiro. Opõe claramente três zonas dominadas, respectivamente, pela floresta (no norte), pelas pastagens (no Centro-Oeste, no Sul e no extremo Norte) e pela agricultura (em algumas regiões bem delimitadas do Nordeste, do Sudeste, do Sul e mais uma região raramente povoada da Alta Amazônia).

Essa tripartição corresponde de perto aos domínios respectivos de três grandes setores que constituem o espaço rural brasileiro. São vastas zonas

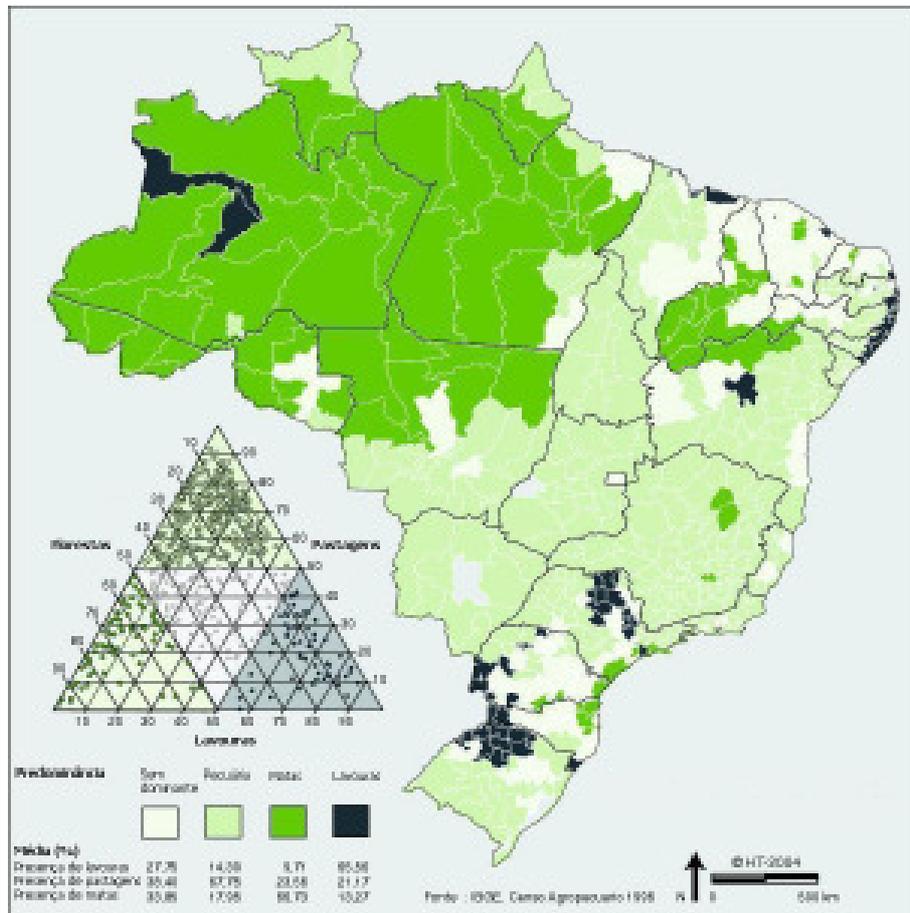


Fig. 1. Tipos de uso do solo.

cobertas por vegetação primária, onde se pratica ainda o extrativismo, e para onde avançam as frentes pioneiras. Os pastos, naturais e artificiais, são ocupados por uma ativíssima pecuária, principalmente bovina, que se torna, a cada ano, mais potente e conquista novas extensões.

A agricultura associa formas muito diferentes: uma pequena agricultura familiar, de nítido parentesco com seus homólogos europeus, à qual se contrapõe um agronegócio que não deixa nada a desejar a seus equivalentes norte-

americanos (AGRIANUAL..., 2003). Essa divisão é resultado de uma longa história de conquista ainda não totalmente consolidada. Ela é o fruto de rivalidades agudas entre esses três setores.

A agricultura brasileira continua a conquistar novas terras, a produzir em milhares de hectares de florestas e cerrados. Desse ponto de vista, o Brasil é ainda o que se chamava algumas década atrás – um “país novo”. Essa tendência de conquista de novas terras pode estar se alterando, como demonstram os dados do recenseamento agropecuário de 1996, ao comparar as variações verificadas no período 1980–1996 com as do período 1985–1996 (Fig. 2).

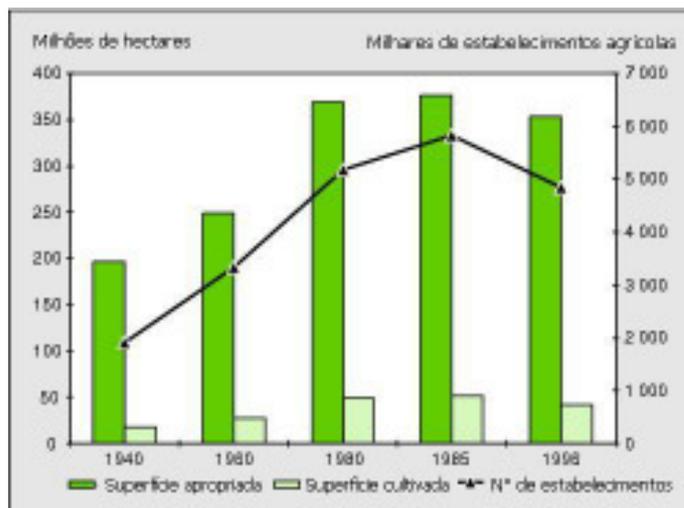


Fig. 2. Evolução do espaço rural.

Desde a chegada dos portugueses, em 1500, o movimento de conquista de terras progrediu ininterruptamente. Atemo-nos às últimas décadas. Entre 1970 e 1980, mais de 750.000 km² – uma vez e meia o tamanho da França – foram incorporados aos estabelecimentos agrícolas e, em média, 15.000 km² por ano começaram a produzir. Se a amplitude da conquista surpreende, o movimento que representa continua o dos cinco séculos anteriores, e o estilo depredador da “valorização” colonial sobreviveu para além do momento da Independência. A atração sempre presente da “fronteira” freqüentemente dissuadiu os colonos de estabelecer com a terra-mãe que descobriam a longa

familiaridade, o enraizamento que permite a gestão dos recursos e a manutenção do nível de produção ao longo dos séculos. Mesmo nas regiões mais estabilizadas do Sul, as migrações são numerosas, seja pela atração das terras novas, seja porque os agricultores são afastados, obrigados a deixar suas regiões de origem (por conta da dificuldade de acesso à terra, da mecanização da agricultura, etc.).

Esse comportamento possui certa racionalidade porque os métodos agrícolas geralmente utilizados não deixam direito à escolha. Com exceção de algumas zonas privilegiadas (margens de rios periodicamente fertilizadas pelas cheias, oásis do sertão) ou de alguns enclaves de colonos alógenos (alemães, italianos, japoneses), durante muito tempo os agricultores consideraram-se satisfeitos com métodos agrícolas muito primitivos, que consistiam essencialmente em derrubar a mata e queimá-la para cultivar, sem aporte de adubos nem rotação de culturas, até que a fertilidade caísse, após alguns anos. Abandonavam-se então essas parcelas para ocupar terras virgens, vizinhas ou remotas. Nesse aspecto, há pouca diferença entre grandes e pequenos estabelecimentos: o limite da expansão é fixado pela mão-de-obra disponível, a das famílias – freqüentemente numerosas – ou a dos escravos, ou, ainda, a dos trabalhadores sob contrato.

O fim – previsível – da “fronteira”, que parece anunciar a redução do número de estabelecimentos agrícolas e das terras exploradas, pode alterar essa tendência? Ao observar a Fig. 3, pode-se pensar na evolução das regiões mais desenvolvidas do Sul, onde a intensificação e a tecnificação progredem juntas e de maneira extremamente rápida, e onde se observa redução das terras cultivadas sem redução da produção. No entanto, no norte de Mato Grosso e no sul do Pará, bem como em Roraima e no Amapá, a progressão continua, principalmente em virtude da extensão das pastagens (Tabela 2).

Produções diferenciadas

No Brasil, pode ser encontrada quase toda a gama de produtos agrícolas mundiais porque sua extensão, em latitude, permite cultivar tanto as espécies tropicais como as do mundo temperado. Embora a geografia agrícola do Brasil seja movediça, algumas constantes, como as “especialidades” regionais, aparecem claramente. Enquanto se cultivam, no País inteiro, em proporções variáveis, os alimentos básicos (mandioca, milho, feijão, arroz), as cultu-

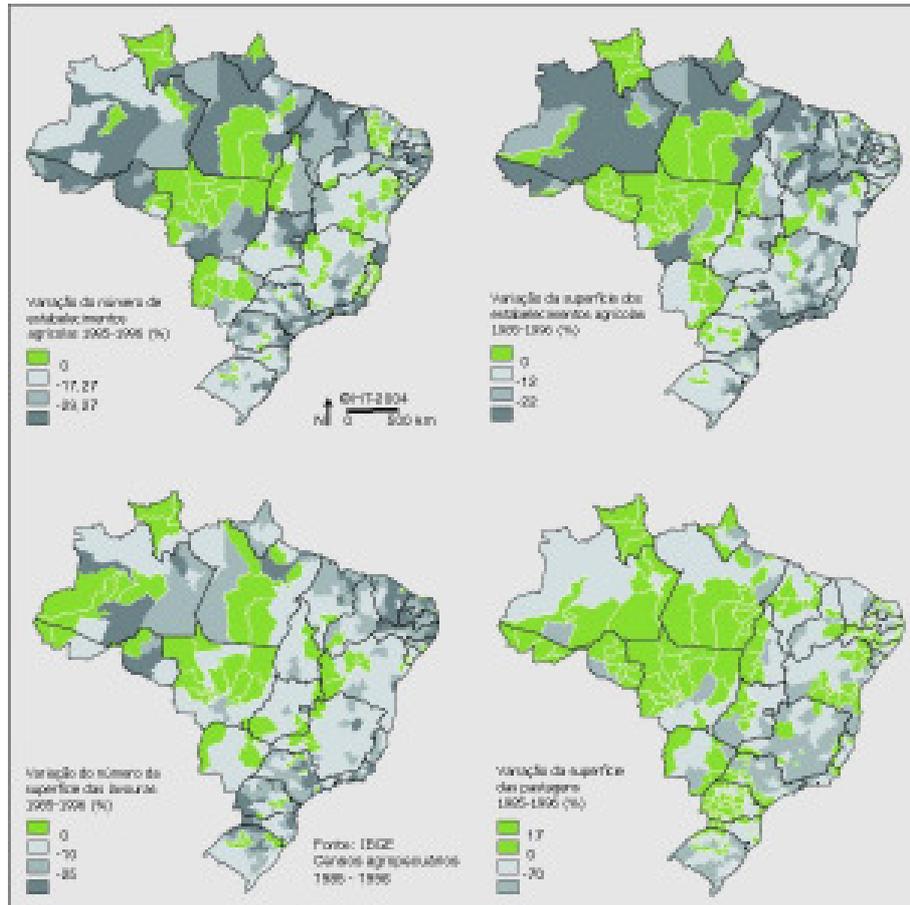


Fig. 3. A contração do espaço agrícola.

ras comerciais são agrupadas em algumas zonas, organizadas ao redor de uma ou várias produções. As condições naturais, sobretudo o clima, estão entre as principais causas determinantes dessas especializações. Com efeito, a pimenta, a malva, a juta e o dendê, plantas importadas de outros continentes, apreciam o clima quente e úmido da Amazônia. Por sua vez, os climas subtropicais de São Paulo e do Sul permitem visar ao mesmo tempo os produtos tropicais (como café e amendoim) e frutas e legumes de clima frio (como batata, trigo, aveia, uva e maçã).

Tabela 2. Pecuária e principais países criadores.

Rebanho 2003	Brasil	Ranking	Percentual	Primeiros países criadores
Bovino	189.512.992	2	13,93	Índia
Suíno	32.605.000	3	3,41	China, EUA
Equino	5.900.500	3	10,67	China, México
Criação de frangos (1.000)	1.050.500	4	6,34	China, EUA, Indonésia
Asinino	1.250.050	7	3,20	China, Paquistão, Etiópia, México
Bubalino	1.200.500	11	0,70	Índia, Paquistão, China
Caprino	9.087.000	14	1,22	China, Índia, Paquistão
Ovino	14.182.000	15	1,42	China, Austrália, Índia

Fonte: FAO, 2004.

*Em toneladas métricas.

Entre as grandes produções comerciais, a que apresenta maior dispersão e valores mais baixos é a mandioca, uma das bases das dietas humana e suína. O arroz também é produzido em todo o País, com duas regiões especializadas, uma no Rio Grande do Sul (arrozais irrigados) e outra ao longo de um arco que vai de Mato Grosso ao Maranhão. Trata-se do “arco do desmatamento”, onde o arroz é a primeira cultura implantada depois da derrubada da mata, ao mesmo tempo para alimentar os pioneiros e limpar as parcelas antes de plantar soja ou capim destinado à alimentação dos bovinos. Os laranjais estão também por todo o Brasil, para consumo local, mas dois pontos de concentração aparecem – os pólos especializados da Bahia e de São Paulo –, onde são produzidos 58% do concentrado de suco de laranja comercializado no mundo.

Cana-de-açúcar, laranja, café e soja são as grandes culturas comerciais do Brasil (Tabela 3), que o tornaram, em 2003, o primeiro produtor mundial das três primeiras e o segundo de soja, com 29%, 28%, 25% e 35%, respectivamente, do total mundial. Em três dos quatro casos, a produção divide-se entre duas regiões principais: a antiga e a nova. A cana-de-açúcar foi quase monopólio do Nordeste durante séculos, onde se adaptou bem aos solos profundos do litoral, da “Zona da Mata” – denominação que não faz mais sentido,

Tabela 3. Produções agrícolas e principais países produtores.

Produção em 2003*	Brasil	Ranking	Percentual mundial	Primeiros países produtores
Cana-de-açúcar	386.232.000	1	29	
Laranja	16.935.512	1	28	
Café	1.970.010	1	25	
Soja	65.795.340	2	35	USA
Mandioca	22.235.900	2	12	Nigéria
Banana	6.518.250	2	9	Índia
Cacau	170.724	2	5	Costa do Marfim
Milho	47.809.300	3	8	USA, China

Fonte: FAO, 2004.

*Em toneladas métricas.

já que a vegetação original foi quase totalmente destruída para dar lugar à monocultura da cana. Foi a base econômica e social principal da região desde o século 16, na forma de plantações firmemente controladas pelas oligarquias locais. Essa dominação foi suplantada, nos anos 70, pelos produtores do Estado de São Paulo, que souberam aproveitar os subsídios oferecidos para produzir álcool combustível, e que, em poucos anos, desenvolveram uma capacidade de produção maior e mais moderna do que a do Nordeste. O café, que era produzido principalmente no Estado de São Paulo e no norte do Paraná, tem agora seu centro de gravidade no sul de Minas Gerais e nos pólos secundários do Espírito Santo, de Rondônia e da Bahia. E a soja, até há pouco plantada exclusivamente no Sul, é cultivada, hoje, principalmente em Mato Grosso, de onde progride rapidamente em direção ao Norte.

As regiões brasileiras têm, portanto, desempenho muito diferente em termos de variedade de produções, mas também quanto à quantidade produzida e ao valor das colheitas (Fig. 4).

Enquanto a Fig. 1 mostra que, em número de estabelecimentos agrícolas, as regiões do interior do Nordeste e do Sul (norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e do Paraná) se destacam, as Fig. 2, 3 e 4 sublinham a predominância do Sudeste e do Sul em termos de valor total das produções e

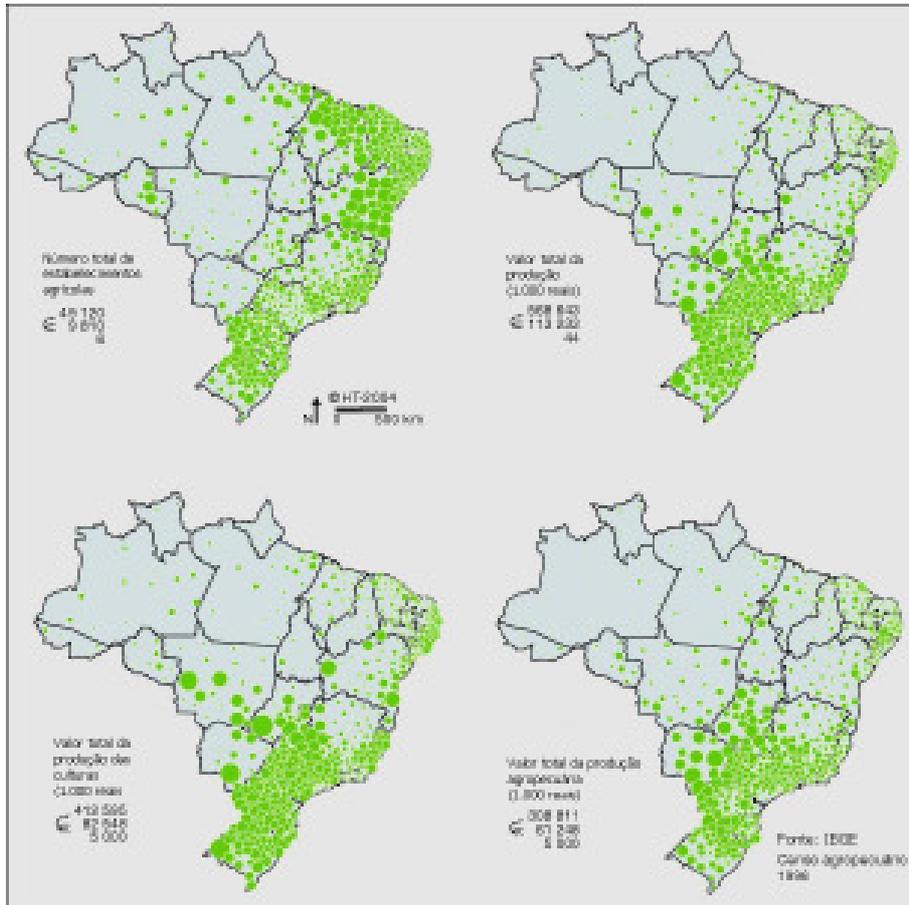


Fig. 4. Valor da produção e número de estabelecimentos agrícolas.

dos valores produzidos pelas lavouras e pela pecuária. Os três mapas mostram configurações ligeiramente diferentes, mas todos singularizam o Sul e o Sudeste (com uma extensão deste último para o Centro-Oeste) em relação ao Norte e, sobretudo, ao Nordeste, o que é bastante grave para esta região, já que os estabelecimentos são numerosos, nessa região, mas o valor de suas produções é baixo.

Essa segmentação recorta outra tão forte que configura verdadeira dualidade, que opõe grandes a pequenos estabelecimentos agrícolas (Fig. 5).

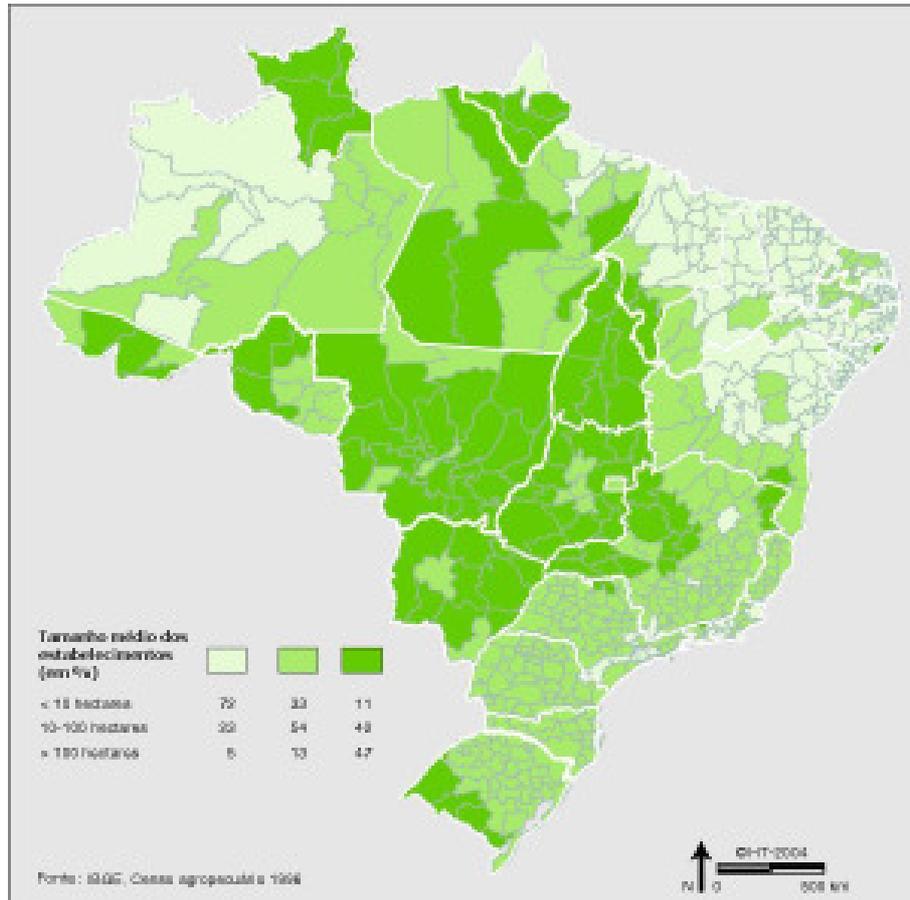


Fig. 5. Grandes, médias e pequenas propriedades.

Os pequenos (menos de 10 ha) concentram-se no Nordeste (CARON; SABOURIN, 2002) e na Alta Amazônia. No Sul do País, eles só têm alguma importância nas regiões mais pobres dos Estados de São Paulo (Vale do Ribeira) e do Rio de Janeiro, ao passo que, no restante da região, dominam as explorações médias (de 10 a 100 ha). O domínio das grandes propriedades (mais de 100 ha e, freqüentemente, vários milhares de hectares) corresponde, em geral, ao dos cerrados no Centro do País, e aos campos no Sul e no extremo Norte.

Essas oposições traduzem diferenças entre sistemas de produção dominantes, de acordo com as regiões, pelos grandes ou pequenos estabelecimentos. O estatuto dos empresários opõe claramente esses dois grupos: enquanto, nas regiões de pequenos estabelecimentos, a mão-de-obra reduz-se, a maior parte do tempo, ao empresário e à sua família, naquelas onde dominam os grandes estabelecimentos, é freqüente o recurso à mão-de-obra assalariada permanente, seja nas zonas de plantações seja naquelas que são dedicadas à pecuária.

Mobilidades e tensões

Essas situações, entretanto, não são permanentes, e um dos exemplos mais impressionantes da capacidade de adaptação da agricultura brasileira é sua capacidade de alterar, quase de um dia para outro, o mapa de suas produções, como o demonstra o deslocamento das produções de soja, café, arroz e algodão que ocorreram nos últimos 25 anos (Fig. 6). Esses deslocamentos de quatro das maiores culturas comerciais, em centenas de quilômetros, são exemplos da mobilidade do mapa agrícola do Brasil, perpetuamente remodelado em decorrência dos movimentos migratórios e das demandas dos mercados mundiais.

O Brasil praticamente não produzia soja antes dos anos 70. Hoje, ele é o maior exportador mundial de farelo de soja e um dos maiores exportadores de óleo (BERTRAND; HILLCOAT, 1996; BERTRAND et al., 2004). Essa progressão se fez pela conquista dos cerrados de Mato Grosso e de Goiás e do oeste da Bahia (THIERY, 2004), à medida que as “velhas” regiões de produção (aquelas dos anos 1970) eram substituídas. Paralelamente, as geadas de 1975 que destruíram as plantações de café do Paraná desencadearam um movimento de migração dos cafezais para Minas Gerais, que se tornou a primeira região produtora, para Espírito Santo, Rondônia e Bahia. O arroz, fora do Rio Grande do Sul, está associado à frente pioneira e a segue. Está, por conseguinte, em progressão no arco do desmatamento e em declínio atrás dele, onde é substituído por outras culturas ou, mais freqüentemente, por pastos. O algodão seguiu mais ou menos a mesma evolução que a soja e, nesse caso, também Mato Grosso tornou-se o principal produtor nacional.

O mundo rural brasileiro está, portanto, ao mesmo tempo em plena evolução e marcado por disparidades muito fortes, em todos os domínios: dimen-

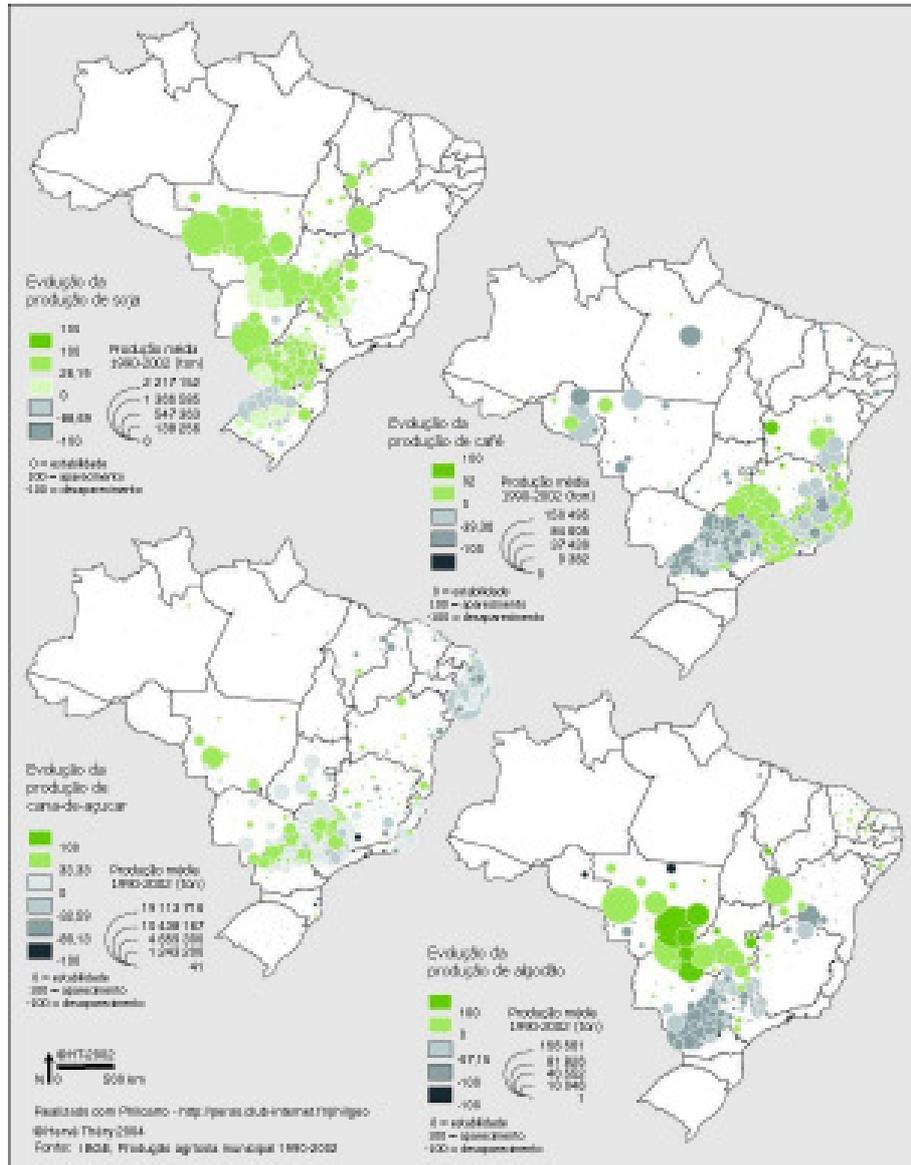


Fig. 6. Deslocamento das produções agrícolas, de 1990 a 2002.

sões dos estabelecimentos, valor de sua produção e suas especializações. Desses contrastes e de suas combinações surge uma oposição marcada entre sistemas econômicos e regionais muito diferentes, cujos desempenhos são extremamente desiguais. Essa situação cria tensões sociais que tomam freqüentemente uma forma violenta e podem, em qualquer momento, levar a explosões. Essas tensões podem parecer estranhas num país onde ainda há tanto espaço disponível, onde a agricultura e a pecuária ocupam em média apenas 41% do território nacional, dos quais menos de 5% são cultivados. Essa média, na verdade, não faz muito sentido porque abrange situações muito diferentes: fora do litoral nordestino e das regiões de agricultura intensiva do Sul-Sudeste, a taxa de antropização não atinge 12% dos municípios em nenhuma parte do território, e cai abaixo de 1,5% em toda a Amazônia. Obviamente, o País não está totalmente disponível para a agricultura, e investimentos pesados seriam necessários para transformá-lo por inteiro (supondo que isso fosse desejável), mas nenhuma parte do território é inaproveitável para a agricultura, como é o caso da maior parte do norte do Canadá ou da Sibéria, para citar apenas dois países gigantes.

Apesar dessa disponibilidade de terras, os conflitos existem por conta de uma situação agrária tensa, já que coexistem, na proximidade imediata de terras monopolizadas por proprietários negligentes ou ausentes, camponeses sem terra ou sem terra suficiente. Esse é, em especial, o caso do Nordeste, onde coabitam terras ociosas e camponeses sem título de propriedade. Daí nascem os fortes conflitos dessa região, que impulsionam a emigração dos nordestinos para a Amazônia Oriental. Quando chegam, entram freqüentemente em conflito – muitas vezes violento – com os antigos ocupantes ou com outros imigrantes, pequenos camponeses como eles, ou grandes pecuaristas, cujos métodos são, às vezes, bastante expeditivos. A região do “bico do papagaio” (ponta setentrional do Estado de Tocantins) é onde se produziram os conflitos mais trágicos do País.

Sob a pressão do movimento dos “sem-terra” e graças ao baixo preço da terra, ligado à estabilização da moeda, uma vasta campanha de colonização foi lançada e milhares de famílias foram instaladas em assentamentos, tanto em terras expropriadas como em terras públicas. Infelizmente, estas últimas situam-se principalmente na Amazônia, em regiões mal servidas por infra-estrutura, incitando a invasões ilegais de terras em regiões mais atrativas. Mes-

mo tendo perdido um pouco de sua força, à medida que o êxodo rural se completa, a questão da reforma agrária continua relevante, como o demonstram diversos artigos deste dossiê.

Em suma, múltiplas mudanças estão ocorrendo, que transformam profundamente o mundo rural: a geografia agrícola do Brasil se altera como se modifica o lugar da agricultura no sistema econômico (ABRAMOVAY, 1998, 2003). Três sistemas coexistem mais ou menos harmoniosamente no espaço rural do País: a) formas novas de organização da produção agropecuária, modernas, integradas a um potente complexo agroindustrial e bem ligadas às outras formas de produção e de consumo, empregando, porém, pouca mão-de-obra em relação à sua produção e ao capital investido; b) regiões onde a população agrícola é numerosa, mas voltada sobretudo para a subsistência e mal integrada aos circuitos comerciais, as quais estão localizadas predominantemente no Norte e no Nordeste e, em menor escala, no Sul; c) por último, zonas pioneiras ainda em via de incorporação ao território nacional, já que o Brasil tem o privilégio de ainda ter vastos espaços disponíveis.

CONCLUSÃO

A agricultura e a pecuária mantêm, portanto, um papel importante na economia brasileira: geradoras de divisas indispensáveis ao equilíbrio das contas nacionais, fornecedoras de alimentos baratos e de abundante mão-de-obra, ávida por trabalho, elas oferecem aos outros setores econômicos os meios para a manutenção dos baixos salários. Mas o próprio desenvolvimento pode ameaçar o equilíbrio do sistema. Apostar demais nas exportações pode comprometer a segurança alimentar; e “racionalizar” demais transforma a liberação de mão-de-obra em êxodo rural maciço, o que agrava os problemas urbanos. Rígido, freqüentemente injusto (porque justapõe homens sem-terra a terras subutilizadas), o mundo rural brasileiro (THÉRY, 2005) é também dinâmico, porque conquista mais terras do que nenhuma outra parte do mundo e inova constantemente. Mesmo relegado ao papel de auxiliar e reserva, continua a ser um excelente revelador das forças que atravessam a sociedade brasileira e das linhas de força do “modelo brasileiro de desenvolvimento” que tanto transformou o Brasil nas últimas décadas (SACHS et al., 2001).

H. Théry e N. A. de Mello

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p. (Coleção Estudos Rurais).

AGRIANUAL 2004: anuário da agricultura brasileira. São Paulo: FNP, 2003. 496 p.

BERTRAND, J. P.; PASQUIS, R.; MELLO, N. de.; MENDEZ, P.; THÉRY, H.; WEHRMANN, M.; CADIER, C. **Analyse des déterminants de l'avancée du front du soja dans le Mato Grosso**: rapport final d'une recherche financée par le Fonds commun INRA-Cirad et réalisée avec l'appui du Centre de Recherche sur le Développement Durable (CDS) de l'Université de Brasília. Paris: Inra: Cirad, 2004. 150 p.

BERTRAND, J. P.; HILLCOAT, G. **Brésil et Argentine**: la compétitivité agricole et agro-alimentaire en question. Paris: INRA: L'Harmattan, 1996. 319 p.

CARON, P.; SABOURIN, E. **Paysans du sertão, mutations des agricultures familiales dans le Nordeste du Brésil**. Montpellier: Cirad: Embrapa, 2002. 240 p.

FAO. Economic and Social Department. The Statistic Division. **Major food and agricultural commodities and producers**. Disponível em: <<http://www.fao.org/es/ess/top/country.jsp>>. Acesso em: 15 de junho de 2004.

IBGE. **Censos agropecuários (1940-1996)**. Estabelecimentos na agropecuária. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric>>. Acesso em: 15 de junho de 2004.

SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). **Brasil, um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 427 p.

THÉRY, H. **La vague déferlante du soja brésilien**. M@ppemonde. Disponível em: <<http://mappemonde.mgm.fr/num2/articles>>. Acesso em: 15 de junho de 2004.

THÉRY, H.; MELLO, N. de. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: EDUSP, 2005. 312 p.